

190

Barragem de Ibirama:

Uma questão de direitos humanos

O drama da comunidade indígena de Ibirama é bastante antigo. Um velho filme que pode ser visto em todo o País. Mas a situação se agravou com o início da construção das obras da barragem em 1974. Desde então, os índios não tiveram mais sossego, vivendo um clima de verdadeiro terror. Ameaçados de perder suas terras, sem ao menos receberem a indenização, os índios estão dispostos a apelar para o último recurso que lhes resta: a Justiça. Toda essa situação foi debatida numa mesa redonda na UFSC, onde, entre outras coisas, foi denunciado que a Funai "suborna determinados índios para dividir a comunidade e facilitar a sua ação". O que ficou caracterizado é que a questão, antes de mais nada, "é uma questão de direitos humanos".

O filho do Índio Olímpio Priprá representante da "fragmentada" comunidade indígena de Ibirama, no colo da mãe, cai em pranto (pra não dizer "choradeira"). Pessoas da mesa e da platéia lançam "olhares reprovadores". Estava iniciando, quarta-feira (noite adentro), o debate sobre a questão da barragem de Ibirama e suas consequências sociais. A primeira rodada é marcada por uma apatia quase que generalizada. São dois deputados, três estudiosos da área, um advogado, um representante do DNOS e um vazio: a ausência do principal causador de tudo isso, a Funai. Semana do Índio, mais uma. O debate está no meio. Continua "desaquecido", "burocratizado". O filho do Olímpio, a esta altura, esticado no meio do plenário, ronca em sono profundo. Finalmente, o debate "esquenta". Mas aí estava chegando a hora, de ir embora. Mesmo assim, foi importante e deu para sentir a real gravidade da situação vivida na região. O plenário pediu o prosseguimento do debate. Compreendeu que não se trata de uma questão para apenas encher a programação da "Semana do Índio". Trata-se de uma questão para todo dia, uma questão de direito humano.

PARTICIPAR

Olímpio Priprá não falou muito. Abriu a discussão e se pronunciou — só quando chamado — algumas vezes durante o debate. Ele ouviu, anotou. Disse que vai informar a comunidade. Sintetizando a sua participação: "estivemos muitas com o diretor do DNOS, pedindo que se reunisse com a gente. Mas nunca ocorreu essa reunião... O Índio não sabia que tinha essa barragem para ser construída na boca da reserva. Se a gente soubesse, a gente teria tentado barrá-la. Depois, fui cinco vezes a Brasília. Fizemos documentos. Nada". Priprá respondeu ainda à pergunta de que se o Índio estava apenas interessado no dinheiro da terra a ser inundada? "As terras que nós perdemos são férteis. O Estatuto do Índio eu conheço. Ele diz que a terra tem que ser igual ou superior. Então, de todo modo iríamos sair perdendo. Estamos reivindicando o mínimo". Os índios, diante da insensibilidade oficial, já entenderam que "a nossa

única saída é ir em busca da Justiça".

LAMENTOS

O representante do DNOS, Joel Lemos, foi o principal visado durante o debate. Mas se saiu bem. Parecia encenando uma peça de teatro. Provocava muitas gargalhadas. A sua participação, nos vários momentos do debate, pode ser assim resumida: "lamentavelmente essa barragem veio ocasionar todos estes transtornos. O DNOS tentou por todos os meios possíveis minimizá-los, principalmente procurando soluções para os índios, que são os maiores prejudicados... O DNOS indeniza. O que a Funai resolver, o DNOS cumprirá. No caso de indenização, o máximo que demora para o dinheiro sair é 45 dias. Lamentavelmente não podemos tratar o problema diretamente com o Índio. Só com a Funai. Ir lá, é um risco de vida (risos). Lamento a ausência da Funai aqui, que, afinal de contas, é a tutora dos Índios... Mas estão sendo injustos com o DNOS. O órgão não iria entrar numa empreitada assim se não tomasse as devidas precauções. Só quero que não fique com a impressão de que o DNOS foi moroso ou omissivo (risos sarcásticos)". Disse ainda: "O DNOS indeniza, mas quem recebe o dinheiro é a Funai... Não houve nenhuma precaução com as consequências da retirada do pessoal. Eu sou muito sincero, sabe... Não houve inquérito sobre o rompimento da ensecadeira. Não precisou: todo mundo viu que foi um fenômeno climático imprevisível, muito forte". Para quem não sabe: Funai e DNOS estão ambos subordinados ao Ministério do Interior. Quer dizer, está tudo em casa.

OS BRANCOS

Os dois deputados (Álvaro Corrêa, do PMDB e Marcondes Marchetti, do PDS) falaram bastante, mas deixaram a impressão de que a preocupação com relação aos Índios é apenas superficial e assistencialista (um jogo de interesses). A maior preocupação dos dois realmente era com a população branca. Marcondes defendia os que ficavam acima da barragem ("inclusive os índios") e Corrêa a população de Blumenau.

Seguem as principais colocações do deputado Marchetti: "proponho a este plenário uma moção pela



paralisação imediata das obras, até que sejam resolvidos os problemas pendentes. "A moção foi mais tarde retirada... Quando se fala em cheias, sempre se fala no Vale. Mas, na realidade, a cidade que é atingida mesmo é Blumenau, que tem grande força econômica e política. A barragem somente trouxe problemas a Ibirama. E é lá que moram meus pais, minha irmã, meus tios, minhas tias. A minha comunidade. Antes Ibirama não tinha problemas de enchente. Agora, quando saiu a notícia da cheia em Blumenau, as pessoas de Ibirama inclusive os índios, já estavam 12 dias ilhados. A população de Ibirama está se preparando para ingressar na Justiça. Ignorar as implicações sociais da obra é denoneste". Marchetti condenou ainda a política colonialista do País que "marginalizou violentamente os Índios". Os colonos da área foram mal indenizados, os índios não receberam nada. Citando os incidentes de 79 e 80 (rompimento da ensecadeira), voltou a lançar dúvidas quanto à segurança da obra (sobre o que entregou um documento a Andreazza) e manifestou sua preocupação com as demais consequências advindas da barragem (modificações climáticas por exemplo). Citou uma frase de Priprá: "a barragem ajuda gente, mas também prejudica gente". Ao final, era confundido por pessoas da platéia com um representante da oposição.

O deputado Álvaro Corrêa

teve altos e baixos no debate. Começou fazendo um retrospectiva das cheias de Blumenau, lembrou os trabalhos da Comissão Parlamentar na reserva e a luta para a construção da barragem. Suas principais intervenções: "... Recordo também a exploração madeireira feita por empresas inescrupulosas, aproveitando-se da divisão dos Índios em facções... Algumas pessoas das madeireiras enfiaram na cabeça dos índios que deviam se emancipar para serem donos das terras. Fez-se um inquérito antropológico. Concluiu-se, felizmente, que os Índios não reuniam condições para se auto-girar... Estou reivindicando um posto de assistência da Funai. Hoje está tudo centralizado em Curitiba. Com o posto, a assistência ao Índio daqui vai ser total". Alguém do plenário observou: "parece que ele nem conhece a Funai. Com o posto, só vai trazer a exploração mais perto. Ou será que está quebrando o galho para a Funai, que não compareceu?"

Corrêa não aceita as críticas que recebe de que está fazendo "assistencialismo, coisa que só retarda a solução". E responde: "já levei cadernos, lápis, toda ajuda que posso à comunidade. Tenho trabalhado com carinho. Estou indo lá no meio do mato com meu carro. Tenho estado com autoridades. Tenho que acreditar nelas. Tenho feito discursos e, inclusive, já falei contra a Funai..." E em relação à proposta de Marchetti, o deputado Corrêa

foi contundente: "a apresentação de uma moção pela paralisação seria um desrespeito muito grande com toda a população de Blumenau".

DIREITOS

O jurista Alvaro Reinaldo de Souza contou que está sendo feito em termos jurídicos. Resumiu a reunião com Dalmo Dallari e antropólogos locais. A sua participação pode ser resumida assim: "a ação em defesa dos direitos da comunidade indígena deverá ser encaminhada pela OAB, pois dará maior força. A assistência assim seria gratuita. A defesa dos direitos humanos é uma prerrogativa da Ordem... O Brasil não é um estado uninacional. Aqui existem mais de 200 sociedades indígenas... A política econômica privilegia as grandes obras, fundamentalmente em cima de áreas indígenas, acelerando o genocídio. A Funai está diretamente ligada à doutrina de segurança nacional, que é contrária aos direitos das sociedades indígenas... O DNOS não consultou a comunidade indígena. Não é costume do governo brasileiro consultar os brancos, muito menos os Índios. O jogo de dividir para reinar não se faz só em relação aos brancos, mas sobretudo em relação aos índios... Os índios de Ibirama detêm os títulos: A Constituição lhes garante a propriedade; Também lhes é assegurada pelo "indigenato" (propriedade congênita)... Foram os brancos que roubaram as terras dos Índios... Além do usufruto, a Constituição diz que as terras indígenas são inalienáveis. Conclusão: as terras são dos Índios e não do patrimônio da união como quer o governo. Logo, os Índios estão fazendo um favor ao deixar a barragem ali em cima. Querem o mínimo de respeito. O governo não reconhece nem o Índio como ser humano".

Alvaro Reinaldo de Souza também quis saber qual a verdadeira posição dos parlamentares na Assembleia. Ele diz que se assustou num debate naquela casa, quando alguns deputados disseram coisas do tipo: "por que tanta terra pra Índio"! O jurista colocou o seguinte: "será que a preocupação dos parlamentares é unicamente voltada aos brancos? Eles têm alguma proposta concreta para resolver o problema dos Índios? Estão dispostos a admitir pelo menos que a terra é realmente dos Índios?" Corrêa resumiu: "a Assembleia dá total apoio à barragem". E o advogado concluiu: "cabe à Funai tutelar os Índios, e não botar a mão no dinheiro deles. A Funai está fazendo o contrário, está alienando as suas terras, que, por lei, são inalienáveis... Resta a alternativa de ação de manutenção de posse... O que está em questão é a sobrevivência daquelas famílias..."

DESPREZO GRITANTE

O professor Sálvio Müller, que faz há anos pesquisas na área,

observou que as contradições são inúmeras. "Isso sem levar em conta que a comunidade foi aviltada na área econômica, com a exploração da madeira. Em cima de tudo isso, constrói-se uma obra em defesa de uma poderosa população branca. As autoridades não levam os índios e suas lideranças a sério. Os aparelhos estatais os olham com um desprezo gritante. Isso tudo levou inclusive ao desgaste das lideranças..."

SUBORNO

O antropólogo Dênis Werner, apesar de ter feito um trabalho sério (com algumas conclusões óbvias), riu muito durante a sua intervenção. Mas, depois percebeu-se que é o seu jeito. Ria, mas estava falando sério. Seu trabalho é sobre o "stress". Revelou que o "stress" é muito elevado, principalmente entre aqueles que esperam pela indenização. Os problemas de relacionamento estão crescendo. Há muita falta de confiança nos vizinhos. Há um clima de intranquilidade há muitos anos, em função da indefinição da obra.

Werner, depois de analisar a divisão dos Índios em facções, denunciou que isso é provocado pela própria Funai, que "através de convênio está subornando algumas lideranças". Para ele, "é fundamental restabelecer a liderança autêntica; tem que se acabar com suborno!"

O antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, que há mais de 20 anos se dedica à questão indígena, coordenou os debates. Suas intervenções mais marcantes: "A Funai deveria ser uma fundação das nacionalidades indígenas... Parece que problemas como o de Ibirama devem ser resolvidos em Tribunais. Tem que se ir à Justiça para ver quem tem razão... Querem transformar os Índios só em brasileiros, tirar a sua nacionalidade indígena. Porque os brasileiros não precisam de terra (risos)".

Comentou também as atitudes da Funai. "As relações com a Funai, a nível de pessoas, são muito ruins. Apenas relações formais (UFSC - Funai). A Funai tem que se colocar no seu devido lugar. O presidente do órgão, Paulo Leal, visitou Santa Catarina e simplesmente nos ignorou. Por ocasião da visita do ministro, enviei telex ao governador, relatando a situação de Ibirama. Não foi pronunciada sequer uma palavra em defesa do Índio. A UFSC não quer tomar uma atitude paternalista. Na verdade estamos tratando de uma questão de direitos humanos".

E concluiu: "o caso de Ibirama é o mais grave que há na superfície da terra. Isso é inédito: esperar por mais de dez anos por uma coisa que não tem fim. A indefinição é total". Como diz um dos índios: "a gente não faz nada, porque a qualquer hora podem inundar tudo".